

Handwritten signature



Casa do Cruzeiro

Relatório e Contas Período de 2023

Índice

Relatório de Gestão	4
1. Introdução.....	4
2. Evolução de rendimentos e ganhos	4
3. Evolução de gastos e perdas	5
4. Investimentos.....	6
5. Acontecimentos após a data do Balanço	6
6. Dívidas à segurança social e à administração fiscal	6
7. Notas finais.....	7
Balanço	8
Demonstração dos Resultados por Naturezas	9
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
8. Identificação da Entidade.....	13
9. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	13
10. Principais Políticas Contabilísticas.....	13
10.1. Bases de Apresentação	14
10.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	15
11. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	19
12. Activos Fixos Tangíveis.....	19
13. Inventários	20
14. Rédito	21
15. Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
16. Benefícios dos empregados	21
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	21
18. Outras Informações.....	21
18.1. Investimentos Financeiros	22
18.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	22
18.3. Clientes e Utentes	22
18.4. Outras contas a receber	22
18.5. Diferimentos	22
18.6. Caixa e Depósitos Bancários	22
18.7. Fundos Patrimoniais.....	23
18.8. Fornecedores	23

18.9. Estado e Outros Entes Públicos.....	23
18.10. Outras Contas a Pagar.....	23
18.11. Fornecimentos e serviços externos.....	24
18.12. Outros rendimentos e ganhos	24
18.13. Outros gastos e perdas	24
18.14. Acontecimentos após data de Balanço.....	24



Relatório de Gestão

1. Introdução

A Casa do Cruzeiro é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, propriedade da Congregação das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, Instituto Religioso de Vida Apostólica e de Direito Pontifício.

Em janeiro de 1924, as Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora instituíram uma comunidade em Adães, numa propriedade cedida ao instituto. A mesma tornou-se numa casa de repouso para as religiosas doentes e idosas, funcionando também como escola. Passados vinte e seis (26) anos em 1950, a comunidade mudou-se de Adães para Airó (Quinta do Cruzeiro), mantendo a dinâmica de casa de repouso e casa de oração da Província. Desde sempre as Irmãs colaboram na ação social e pastoral da Paróquia.

Durante o ano 2023, a Casa do Cruzeiro formalizou o protocolo de cooperação com a Segurança Social, permitindo alargar a sua resposta social. Esta alteração foi um dos motivos para a admissão de mais 12 utentes comparativamente com o ano transato, duplicando o número de utentes no espaço de um ano. O número de utentes abrangidos pelo acordo de cooperação já em 2024 é de 24, existindo a possibilidade de admitir mais 4 utentes ao abrigo do mesmo acordo. Atualmente a Casa do Cruzeiro reúne as condições para acolher um número mais elevado de utentes, potenciando as instalações e a equipa que se encontra em construção.

2. Evolução de rendimentos e ganhos

Durante o ano 2023 a Casa do Cruzeiro registou um aumento significativo da faturação em resultado do aumento de utentes. Atualmente a Casa do Cruzeiro tem protocolado com a Segurança Social um acordo de cooperação que deu início no último trimestre de 2023.

O quadro abaixo apresenta a variação ocorrida no período. Como podemos constatar, em termos totais, a variação ocorrida é bastante significativa, ultrapassando os 200%.

Rendimentos	2023	2022	Varição \$	Varição %
Vendas e prestações serviços	202.408,90	63.720,00	138.688,90	218%
Total	202.408,90	63.720,00	138.688,90	218%

3. Evolução de gastos e perdas

Apesar da evolução positiva, a estrutura de gastos manteve-se inalterada durante o ano 2023. Os Gastos com pessoal e os fornecimentos e serviços externos continuam a representar a maior fatia dos gastos com um peso de 32% e 29%, respetivamente, na totalidade dos gastos. Em 2023, o custo das matérias consumidas registou um aumento de cerca de 57% em resultado do aumento de utentes.



Em termos totais, os gastos incorridos sofreram um aumento. No que respeita á rubrica de Custo das matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos, o aumento resulta tanto do aumento dos preços como do aumento de utentes. Quanto aos Gastos com pessoal, o aumento resulta do ajustamento salarial, mas também do aumento de 6 para 14 funcionários. Já as depreciações, face ao reduzido investimento, tendencialmente diminuem à medida que os ativos se vão encontrando totalmente depreciados.

	2023	2022	Variação €	Variação %
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	15.896,92	10.140,25	5.756,67	57%
Fornecimentos e serviços externo	80.452,78	73.720,17	6.732,61	9%
Gastos com pessoal	112.013,27	76.391,41	35.621,86	47%
Outros gastos e perdas	6.352,08	4.798,50	1.553,58	32%
Depreciações e amortizações	86.697,93	86.696,38	1,55	0%
Total	301.412,98	251.746,71	49.666,27	20%

4. Investimentos

Durante o período não se registou um significativo investimento em ativos fixos, nem está previsto investimento futuro.

Investimentos/Desinvestimentos	2023	2022	Variação €
Edifícios e outras Construções	-	-	-
Equipamento Básico	875,00	-	875,00
Equipamento de Transporte	-	-	-
Equipamento Administrativo	350,00	-	350,00
Outros ativos fixos	7.556,18	555,00	7.001,18
Total	8.781,18	555,00	8.226,18

5. Acontecimentos após a data do Balanço

Não se registaram quais factos que possam colocar em causa as demonstrações financeiras apresentadas bem como as suas notas.

6. Dívidas à segurança social e à administração fiscal

A situação junto da Segurança Social e a Administração Fiscal encontra-se regularizada.

7. Notas finais

Agradecemos aos vários organismos públicos a confiança que depositaram nos nossos serviços; aos nossos fornecedores pela disponibilidade e compreensão; e aos diversos colaboradores e funcionários pelo rigor e vontade de colaboração.

Barcelos, 9 de maio de 2024

Idalina da Conceição Martins Ferraz
Financiarista
Prof.ª da Faculdade de Ciências

Balanço

Casa do Cruzeiro

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

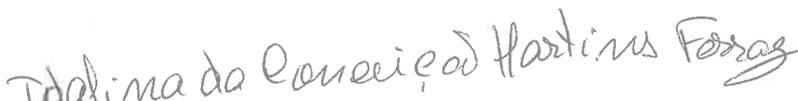
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	12	796.743,94	874.660,69
Investimentos financeiros	18.1	808,76	1.222,00
Subtotal		797.552,70	875.882,69
Ativo corrente			
Inventários	13	358,93	325,37
Estado e outros Entes Públicos	18.9	2.373,14	254,22
Créditos a receber	18.3	1.500,00	1.280,84
Diferimentos	18.5	1.124,64	-
Caixa e depósitos bancários	18.6	9.859,56	1.783,76
Subtotal		15.216,27	3.644,19
Total do Ativo		812.768,97	879.526,88
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos Próprios			
Fundos	18.7	2.046.965,51	2.046.965,51
Resultados transitados	18.7	(1.390.590,17)	(1.223.899,37)
Outras variações nos fundos patrimoniais		30.000,00	30.000,00
Resultado Líquido do período		(93.879,50)	(166.690,80)
Total do capital próprio		592.495,84	686.375,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18.8	10.594,85	4.233,77
Estado e outros Entes Públicos	18.9	3.782,70	1.611,58
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	18.2	161.740,14	155.296,94
Outros passivos financeiros	18.10	44.155,44	32.009,25
Subtotal		220.273,13	193.151,54
Total do passivo		220.273,13	193.151,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		812.768,97	879.526,88

Barcelos, 9 de maio de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO


C.C. 59429


Iratima da Conceição Martins Fozas
Manoel Oliveira
Pavia padalino P. do Vale

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Casa do Cruzeiro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	14	202.408,90	63.720,00
Subsídios, doações e legados à exploração	15	4.375,80	336,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(15.896,92)	(10.140,25)
Fornecimentos e serviços externos	18.11	(80.452,78)	(73.720,17)
Gastos com o pessoal	16	(112.013,27)	(76.391,41)
Outros rendimentos e ganhos	18.12	748,78	20.999,91
Outros gastos e perdas	18.13	(6.352,08)	(4.798,50)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(7.181,57)	(79.994,42)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	(86.697,93)	(86.696,38)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(93.879,50)	(166.690,80)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		(93.879,50)	(166.690,80)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(93.879,50)	(166.690,80)

Barcelos, 9 de maio de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Beatriz Taborda
C.C. 59727

Idalina da Conceição Martins Feres
Francisco Paulo Luis P. da Silva

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Casa do Cruzeiro

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	2.046.965,51	-	(1.223.899,37)	30.000,00	(166.690,80)	686.375,34	686.375,34
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	(166.690,80)	-	166.690,80	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					(93.879,50)	(93.879,50)	(93.879,50)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					72.811,30	(93.879,50)	(93.879,50)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
POSICÃO NO FIM DO ANO 2023	10 6+7+8+10	2.046.965,51	-	(1.390.590,17)	30.000,00	(93.879,50)	592.495,84	592.495,84

Barcelos, 9 de maio de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Beatriz J. J. J. J.
C.C. 5977

Adriana da Conceição Rodrigues Ferraz
Luana Oliveira
Francisco de Assis P. Sobral

Casa do Cruzeiro

Morada: Rua do Convento, n.º 6, Barcelos

NIF:504 589 474

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

Casa do Cruzeiro

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	2.046.965,51	-	(1.095.505,40)	30.000,00	(128.393,97)	853.066,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Ajustamentos por impostos diferidos				(128.393,97)		128.393,97	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	(128.393,97)	-	128.393,97	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(166.690,80)	(166.690,80)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					(38.296,83)	(166.690,80)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações							
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022	5 6=1+2+3+4	2.046.965,51	-	(1.223.899,37)	30.000,00	(166.690,80)	686.375,34

Barcelos, 9 de maio de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Deolinda da Conceição Parteiros Fogaça
C.C. 59721

A DIRECÇÃO

Deolinda da Conceição Parteiros Fogaça
Francisco António Chaves
Francisco António S. de Sá

Casa do Cruzeiro
Morada: Rua do Convento, n.º 6, Barcelos
NIF: 504 589 474

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Casa do Cruzeiro

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		202.677,89	63.766,05
Pagamento a fornecedores		(93.437,58)	(82.355,92)
Pagamentos ao pessoal		(99.202,07)	(72.207,19)
Caixa gerada pelas operações		10.038,24	(90.797,06)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(9.164,77)	18.306,50
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		873,47	(72.490,56)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		538,21	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		538,21	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		6.664,12	66.701,79
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento			(5.668,98)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		6.664,12	61.032,81
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		8.075,80	(11.457,75)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.783,76	13.241,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.859,56	1.783,76

Barcelos, 9 de maio de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Beatriz Calado
C.C. 59729

A DIRECÇÃO

Isabelina do Carmo e Henrique Hartmann Ferraz
Luana G. de M. Santos
Spina Padaluna P. dos Reis



Anexo

8. Identificação da Entidade

Denominação Social: Casa do Cruzeiro

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social

Objeto Social: Ação Social para pessoas idosas com alojamento – CAE: 85313

Sede: Rua do Convento, 6 - Barcelos

N.º de Identificação de Pessoa Coletiva: 504 589 474

Fundo: 2.046.965,51€

Constituída em 1999

9. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterado pelo Decreto – Lei 98/2015 de 2 de junho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

10. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



10.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

10.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

10.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

10.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

10.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

10.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

10.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

10.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

10.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	3-10
Outros Ativos fixos tangíveis	3-12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

10.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

10.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

10.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



10.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

10.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de*



- utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

11. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

12. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

*Tomas
de
Hole*

31 de Dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	1.753.151,63					1.753.151,63
Equipamento básico	155.757,78	875,00				156.632,78
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento administrativo	4.569,33	350,00				4.919,33
Outros Ativos fixos tangíveis	10.294,00	7.556,18				17.850,18
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.923.772,74	8.781,18	-	-	-	1.932.553,92
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	882.204,05	85.273,99				967.478,04
Equipamento básico	154.313,31	561,50				154.874,81
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento administrativo	4.569,32	10,94				4.580,26
Outros Ativos fixos tangíveis	8.025,36	851,50				8.876,86
Total	1.049.112,04	86.697,93	-	-	-	1.135.809,97

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	1.753.151,63					1.753.151,63
Equipamento básico	155.757,78					155.757,78
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento administrativo	4.569,33					4.569,33
Outros Ativos fixos tangíveis	9.739,00	555,00				10.294,00
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.923.217,74	555,00	-	-	-	1.923.772,74
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	796.930,06	85.273,99				882.204,05
Equipamento básico	153.812,07	501,24				154.313,31
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento administrativo	4.569,32					4.569,32
Outros Ativos fixos tangíveis	7.104,21	921,15				8.025,36
Total	962.415,67	86.696,38	-	-	-	1.049.112,05

13. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2023
Mercadorias	-	10.465,62	-	325,37	15.930,48	-	358,93
Total	-	10.465,62	-	325,37	15.930,48	-	358,93

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.140,25		15.896,92
Variações nos Inventários da produção	-		-

14. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 as vendas e as prestações de serviços foram as seguintes:

Descrição	2023	2022
Vendas	1.958,90	
Prestação de Serviços	200.450,00	63.720,00
Prestação de Serviços	200.450,00	63.720,00
Total	202.408,90	63.720,00

15. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Para os períodos de 2023 e 2022 os subsídios foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Subsídios ISS - Instituto Segurança Social	4.375,80	
Subsídio de outras entidades		336,00
Total	4.375,80	336,00

16. Benefícios dos empregados

Em 31/12/2023 tinha 14 funcionários e em 31/12/2022 eram 6 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao Pessoal	90.072,56	62.085,69
Encargos sobre as Remunerações	20.075,88	13.863,86
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.314,83	441,86
Outros Gastos com o Pessoal	550,00	-
Total	112.013,27	76.391,41

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Fundo de Compensação	808,76	1.222,00
Total	808,76	1.222,00

18.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos - Comunidade	161.740,14		161.740,14	155.296,94		155.296,94
Outros Empréstimos - PPFMNS	-	-	-	-	-	-
Total	161.740,14	-	161.740,14	155.296,94	-	155.296,94

18.3. Clientes e Utentes

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c	1.500,00	-
Clientes	-	-
Total	1.500,00	-

18.4. Outras contas a receber

Descrição	2023	2022
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores		1.280,84
Total	-	1.280,84

18.5. Diferimentos

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Outros gastos operacionais	1.124,64	-
Total	1.124,64	-

18.6. Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	2023	2022
Caixa		-
Depósitos à ordem	9.859,56	1.783,76
Depósitos a prazo		
Total	9.859,56	1.783,76

18.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundo	2.046.965,51			2.046.965,51
Resultados transitados	(1.223.899,37)		166.690,80	(1.390.590,17)
Outras variações nos FP	30.000,00			30.000,00
Total	853.066,14	-	166.690,80	686.375,34

Na rubrica de Outras Variações nos Fundos Patrimoniais inclui-se o apoio atribuído pela Câmara de Barcelos.

18.8. Fornecedores

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	10.594,85	4.233,77
Total	10.594,85	4.233,77

18.9. Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.373,14	254,22
Total	2.373,14	254,22
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	248,00	249,00
Segurança Social	3.534,70	1.310,57
Outros Impostos e Taxas	-	52,01
Total	3.782,70	1.611,58

18.10. Outras Contas a Pagar

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Fornecedores de Investimentos		6.196,53		6.196,53
Credores por acréscimos de gastos		23.011,29		12.634,09
Outros credores		14.947,62		13.178,63
Total	-	44.155,44	-	32.009,25

18.11. Fornecimentos e serviços externos

Descrição	2023	2022
Serviços especializados	18.533,50	14.423,40
Materiais	1.032,68	583,57
Energia e fluidos	53.193,12	52.204,00
Deslocações, estadas e transportes	13,20	-
Serviços diversos	7.680,28	6.509,20
Total	80.452,78	73.720,17

18.12. Outros rendimentos e ganhos

Descrição	2023	2022
Descontos de pronto pagamento obtidos	20,30	
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	20,26	
Outros rendimentos e ganhos	708,22	20.999,91
Total	748,78	20.999,91

18.13. Outros gastos e perdas

Descrição	2023	2022
Impostos	724,76	157,28
Outros Gastos e Perdas	5.627,32	4.641,22
Total	6.352,08	4.798,50

18.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Barcelos, 9 de maio de 2024

Idalina da Conceição Martins Fozas
Manoel Otávio Santos
Rafael Padaluna P. de Sá